

Kosovo – A intervenção da OTAN e a Missão de Paz da ONU¹

Sérgio Luiz Cruz Aguilar*

O artigo apresenta alguns aspectos históricos – visando a facilitar o entendimento do problema Kosovo – a ação aérea da OTAN contra a Iugoslávia, o modo como se desenvolve a missão da ONU na região e algumas reflexões sobre a intervenção da OTAN nesse contexto.

No final de março de 1999, aviões da Organização do Tratado do Atlântico Norte (OTAN) iniciaram bombardeios aéreos contra a República Federal da Iugoslávia, iniciando mais uma página na história de conflitos dos Balcãs.

O motivo do ataque era a ação do exército federal iugoslavo contra separatistas albaneses da província de Kosovo e a recusa do governo sérvio em assinar um acordo de paz que, além de pôr fim às hostilidades, autorizaria a presença de uma

força militar da OTAN em seu território.

Novamente a *terra dos eslavos do sul* ocupava lugar na mídia internacional, como o fizera no início da década de 1990.

ORIGENS HISTÓRICAS DO PROBLEMA

Por volta do ano 1000 a.C., indo-europeus estabeleceram-se na Ilíria onde, a partir do século VII a.C., organizaram-se em principados autônomos. Alexandre, o Grande, anexou parte do território dos ilírios e, após

sua morte, os principados voltaram a ser autônomos. No século II a.C. os territórios caíram sob o domínio romano e, três séculos após, seus habitantes converteram-se ao cristianismo.

Entre os séculos III e V d.C. ocorreram invasões dos povos bárbaros e, nos séculos V e VI os eslavos chegaram à região, provocando o refúgio das populações nativas nas montanhas, onde guardaram a pureza da língua ilírica de tronco indo-europeu.

No ano 395 da nossa era, ocorreu a divisão do Impé-

* Major de Infantaria. Observador Militar da ONU na Iugoslávia entre 1995 e 1996.

¹ Selecionado pelo PADECEME.

rio Romano e os territórios atuais de Kosovo e da Albânia tornaram-se parte do Império Romano do Oriente. Em 870 d.C., a região passou ao domínio de reis búlgaros, tendo sido reconquistada, pelos bizantinos, em 1018. Em 1054, ocorreu o rompimento do Império Bizantino com o Papa, fato conhecido como *Cisma do Oriente*, o que, mais tarde, deu origem à igreja ortodoxa.

Nos séculos XI e XII ocorreram as invasões dos normandos. A palavra albanês, surgida pela primeira vez nas obras geográficas de Tolomeo, reapareceu em 1082, no relato que Ana Comnena fez sobre a resistência das tropas de seu pai, o Imperador bizantino Comneno, em Durazzo, contra as invasões normandas vindas do sul da Itália.

No final do século XII, os sérvios já ocupavam grande parte da atual Albânia. Em meados do século seguinte, a região foi anexada ao reino de Stefan Dusan (coroadado em

1346, em Skopje, na Macedônia pelo arcebispo da igreja ortodoxa de Pec), que incluía as áreas da atual Albânia, Bulgária, Macedônia², Montenegro, o norte da Grécia e partes da Hungria e da Bósnia Herzegovina. Data dessa época, o surgimento do ideal da *Grande Sérvia* que congregaria todos os eslavos sérvios num grande reino. A idéia não vingou, pois o reino de Dusan se desintegrou após seu assassinato, em 1355, principalmente devido à heterogeneidade étnica de sua composição.

Em 1380, os turcos otomanos atacaram a Sérvia. Em 28 de junho de 1389, derrotaram os sérvios numa batalha decisiva nos Campos dos Melros (nome que constava em antigos mapas venezianos) ou Kosovo Polje, na língua servo-croata. Com a derrota, milhares de famílias sérvias deixaram a região e se instalaram nas atuais Vojvodina (província norte da República Sérvia)

e Eslavônia (pertencente à Croácia).

A batalha fez desaparecer o Estado sérvio, enquanto a Sublime Porta (governo dos antigos sultões otomanos) iniciava a conquista do território onde hoje é a Albânia. Os principados albaneses católicos capitularam e fortificações otomanas foram estabelecidas na região. Em 1453, com a queda de Constantinopla, o Império Otomano se consolidou e, em 1493, chegou até a atual fronteira entre a Croácia e a Bósnia Herzegovina.³

Foram quatro séculos e meio de dominação, mas a presença turca nos territórios sérvios era escassa, limitando-se às principais cidades-fortalezas. O interior permaneceu com os camponeses que cultivavam suas próprias terras. Com uma certa liberdade de praticar a fé ortodoxa (os otomanos aceitavam mais a ortodoxia sérvia que o catolicismo de seus principais inimigos, os Habsburgos), os sérvios utili-

² Quando a república iugoslava da Macedônia tornou-se independente, a Grécia não reconheceu o novo Estado e contestou o nome, temendo que o mesmo pudesse implicar em futuras ambições territoriais sobre a província norte grega de mesmo nome. Além disso, era contra a estrela estampada na bandeira macedônica, alegando ser a mesma de origem Helênica. Para contornar o problema o novo Estado foi reconhecido internacionalmente e admitido na ONU com o nome de Former Yugoslavia Republic of Macedonia (FYROM). Com o propósito de facilitar a leitura, continuaremos a designar aquele país como Macedônia.

³ Essa fronteira foi habitada por sérvios, que a auto denominaram Vojna Krajina (em servo-croata) – Fronteira Militar, e funcionou como uma barreira defensiva do império austríaco contra os otomanos. Com o tempo, ficou conhecida simplesmente como Krajina.

zaram principalmente os mosteiros para cultivar seus valores ancestrais, sem nunca se dobrar aos otomanos.

Durante os séculos XV e XVI os otomanos levaram jovens cristãos para Istambul, onde eram convertidos ao Islão. Calcula-se que 200 mil crianças dos Bálcãs passaram pelo sistema durante os dois séculos de operação. Além disso, escravos feitos em campanhas podiam obter a liberdade e arrendatários cristãos tinham regalias em relação à *propriedade*⁴ das terras, caso se islamizassem. Essas práticas explicam, a exemplo da Bósnia, o crescimento de albaneses que adotaram a religião muçulmana, número que chegou a dois terços da população total daquela etnia, no final do século XIX.

Durante as guerras entre os austríacos e os turcos, entre 1690 e 1735, novamente milhares de famílias sérvias deixaram a região em direção à Vojvodina e Eslovênia. Foi a chamada *velika seoba* (grande migração na língua servo-croata), a qual, somada ao êxodo de 1389, explica a minoria sérvia na província de Kosovo.

No século XIX, sérvios e montenegrinos declararam guerra aos turcos. Em 1830, os otomanos concederam à Sérvia o *status* de principado autônomo. Em 1844, os sérvios ocuparam definitivamente grande área de maioria albanesa, inclusive Kosovo. Estima-se que 350 mil albaneses deixaram a região.

No Congresso de Berlim, a idéia medieval de Dusan foi usada como guia para as reivindicações sérvias. A Sérvia foi reconhecida oficialmente como Estado autônomo, do qual fazia parte o território de Kosovo, enquanto Montenegro incorporou parte do atual território albanês. Os albaneses tentaram constituir um Estado próprio, sem obter sucesso. Surgiu então um movimento pela independência das regiões de maioria albanesa.

Os sérvios foram acusados de promover, após o Congresso de Berlim, a retirada de milhares de famílias albanesas da província (300 mil teriam ido para a Turquia), de terem confiscado suas propriedades sem qualquer compensação e de iniciar um programa de colonização sérvia na região.

Em novembro de 1912, líderes albaneses proclamaram a independência da Albânia. Os sérvios avançaram para Durazzo, ao norte, e os gregos demonstraram a intenção de anexar o sul da região. Para evitar um conflito, foi realizada uma conferência em Londres que manteve Kosovo com a Sérvia e estabeleceu uma comissão internacional para delinear a fronteira com a Grécia. Praticamente metade das terras com maioria albanesa ficou com a Sérvia e com Montenegro.

A comissão não conseguiu concluir seu trabalho. Os gregos invadiram o Sul e Montenegro o Norte. Ao mesmo tempo, irrompeu na capital Tirana uma revolta incentivada pelos turcos. Nesse quadro, começou a Primeira Guerra Mundial e o país se transformou em campo de batalha.

Em 1921, a Albânia foi finalmente reconhecida como Estado soberano, mantendo as mesmas fronteiras de 1913. Em 1939, o país foi invadido por Mussolini e, ao final da Segunda Guerra Mundial, tornou-se socialista, o que provocou a fuga

⁴ No Império Otomano ninguém era dono das terras, que pertenciam ao sultão. No entanto, os muçulmanos tutelavam determinada área e tinham cristãos (sérvios ou croatas) que trabalhavam nela como meeiros, pagando, ao mesmo tempo, a renda fundiária e o imposto estatal.

de milhares de pessoas para Kosovo, aumentando ainda mais a população albanesa naquela província.

Na república iugoslava que se formou após a Segunda Guerra mundial, sob a presidência do Marechal Tito, Kosovo foi denominada região administrativa e, em 1968, ganhou o *status* de província autônoma da Sérvia.

Em 1974, uma nova constituição iugoslava deu substancial poder às seis repúblicas e às duas províncias autônomas (banco central, polícia, sistemas judiciais e educacionais separados). Foram constituídos institutos de língua albanesa e observados feriados islâmicos.

Com a morte do Marechal Tito, em 1980, tentou-se manter a rotação anual entre os representantes de cada república, na presidência do país. Mas o sistema deteriorou-se. Já em outubro de 1981, os albaneses de Kosovo foram às ruas pedindo independência da Sérvia para se tornar a sétima república. Os protestos foram fortemente reprimidos pelo Exército e pela polícia federal.

A intervenção do Exército iugoslavo em Kosovo resultou em mortos e feridos e despertou a desconfiança nos croatas e eslovenos,

uma vez que o exército nacional iugoslavo era constituído predominantemente por sérvios, não tendo um caráter efetivamente nacional. Esse fato, somado ao problema econômico que o país vivia e a queda do Muro de Berlim, que acabou com outro fator que mantinha os iugoslavos unidos (o temor de uma intervenção soviética), provocou forte desejo de separação nas repúblicas mais ricas da Eslovênia e Croácia. O poder central começou a perder terreno para os governantes locais. Antigos comunistas passaram a ver no ressurgimento dos nacionalismos, apoiados por forte propaganda, a

única saída para se manterem no poder.

Em 1987, Slobodan Milosevic, que iniciou sua carreira como político populista, evocando o nacionalismo sérvio em Kosovo, provocou a queda do presidente iugoslavo. Em 28 de março de 1989, conseguiu modificar a constituição, passando as províncias de Kosovo e da Vojvodina ao controle sérvio.

Em 28 de junho daquele ano, foi preparada, em Pristina, capital de Kosovo, a celebração dos 600 anos da Batalha de Kosovo. A celebração acabou se tornando uma típica demonstração do nacionalismo sérvio, sendo considerada como um simbó-



Fig. 1 – Localização da província iugoslava de Kosovo e

lico ponto de inflexão na história da Iugoslávia. Milosevic, sob a desculpa de proteger a minoria sérvia, que reclamava de segregação por parte da maioria albanesa, decretou o fim da autonomia que aquela província gozava.

A DÉCADA DE 1990

Em 1990, o parlamento kosovar foi suspenso, o governo dissolvido, e todo o poder administrativo e executivo da província passou ao controle da Assembléia Nacional sérvia. O ensino na língua albanesa foi proibido e a imprensa censurada. Novos protestos eclodiram, gerando uma nova onda de repressão.

A partir daí, começaram os enfrentamentos. Surgiu a Liga Democrática de Kosovo (LDK), que reunia liberais, sociais-democratas e democratas-cristãos. Era liderada por Ibrahim Rugova, presidente da Associação dos Escritores de Kosovo, uma entidade contra a dominação sérvia, a violência e a favor da democracia.

Em setembro, os albaneses proclamaram a república em Kosovo, não reconhecida pelo governo federal iugoslavo, e iniciaram a criação de suas próprias ins-

tuições. Estabeleceram um governo paralelo, com sistema de ensino, de recolhimento de impostos e hospitais próprios.

Em 1991, Croácia, Eslovênia e Macedônia tornaram-se independentes, seguidos pela Bósnia Herzegovina, no ano seguinte, levando à guerra civil que durou quatro anos. Em 1992, a Iugoslávia passou a ser formada pelas repúblicas da Sérvia e de Montenegro e as províncias da Vojvodina e de Kosovo.

Com os sérvios voltados para guerra na Croácia e na Bósnia, os albaneses gozaram de um período de relativa calma, com enfrentamentos isolados entre radicais e a polícia sérvia, mas sem uma escalada completa de violência.

Em maio de 1992, os kosovares (palavra criada provavelmente pela imprensa para designar os albaneses de Kosovo) elegeram Rugova como presidente, fato simplesmente ignorado pelas autoridades de Belgrado.

Surgiu o Exército de Libertação de Kosovo (ELK), grupo radical que passou a lutar pela independência da província. Em 1995, os albaneses tentaram colocar na pauta do Acordo de

Dayton, que pôs fim à guerra na Croácia e na Bósnia, o problema de Kosovo, o que foi bloqueado por Milosevic. As ações violentas só se tornaram regulares a partir de 1996 e, um ano após, com a queda do governo da Albânia, os guerrilheiros conseguiram mais armas para enfrentar os sérvios.

O ELK armou-se e passou a atacar alvos sérvios com mais intensidade. Em 1998, com uma ação de guerrilha em larga escala, chegou a controlar 40% da província. As vitórias iniciais reavivaram o sonho da formação de uma *Grande Albânia*, que uniria a província ao país vizinho de mesma origem étnica.

A reação do Exército nacional iugoslavo e de grupos paramilitares foi dura. Em abril, iniciaram a ofensiva contra o ELK, reconquistando os territórios e praticando a limpeza étnica que ficou famosa no conflito de 1991-95. A ação militar fortaleceu o ELK, que passou a receber a adesão de centenas de militantes da moderada LDK, liderada por Rugova. No início de 1999, estimava-se seu efetivo em torno de três mil militantes.

Em 31 de março de 1998, a ONU, através da Resolu-

KOSOVO – A INTERVENÇÃO DA OTAN E A MISSÃO DE PAZ DA ONU



Fig. 2 – Áreas de atuação do Exército iugoslavo e de grupos

ção Nº 1.160, impôs um embargo de armamento à Iugoslávia, o que não impediu a morte de dois mil albaneses e a fuga de aproximadamente 200 mil, até os primeiros meses de 1999. A Albânia, que ainda não havia se recuperado dos distúrbios de 1997, provocado pelo caos econômico que se instalou por conta do esquema de investimento das pirâmides que destruiu a poupança de boa parte da população, passou a viver o problema dos refugiados, sem ter condições econômicas de suportá-lo.

Além do embargo, a Resolução 1.160 determinou que a Iugoslávia devia retirar a polícia especial de Kosovo, cessar as hostilidades que afetavam a popula-

ção civil e autorizar a ação de organizações humanitárias na província, incluindo o Alto Comissariado das Nações Unidas para Refugiados (ACNUR).

A Resolução Nº 1.199, de 23 setembro de 1998, admitiu que o conflito trazia perigo à paz e à segurança na região. Determinou que a Iugoslávia adotasse medidas concretas para resolver o problema político e autorizasse o monitoramento da Organização para a Segurança e Cooperação da Europa (OSCE), além de reforçar as determinações da resolução anterior.

Em 13 de outubro, o Conselho do Atlântico Norte, em reunião em nível de ministros de defesa, autorizou a ativação de ordens

para ataques aéreos contra a Iugoslávia, com intuito de pressionar o governo de Milosevic. Surtiu efeito, pois o governo iugoslavo autorizou uma missão de verificação da OSCE com efetivo de dois mil observadores e uma missão de observação aérea da OTAN, tendo as mesmas sido estabelecidas oficialmente pela Resolução 1.203, de 24 outubro de 1998, do Conselho de Segurança da ONU.

Os países europeus, sob a liderança americana, tentaram a elaboração de um plano de paz para a região. Em fevereiro de 1999, após mais de duas semanas de negociações, a conferência realizada em Rambouillet (um castelo perto de Paris) encerrou os trabalhos sem ter alcançado seu objetivo de aprovar um plano de paz. O plano apresentado pelo Grupo de Contato (EUA, Rússia, Grã-Bretanha, Itália, França e Alemanha) previa um período de transição no qual a província ganharia poderes executivo, legislativo e judiciário próprios e uma força policial controlada pelos albaneses. Considerava ainda fundamental o desdobramento de uma força de paz para o acompanhamento das fases do acordo.

Os sérvios condicionaram a presença de forças terrestres da OTAN, em seu território, à desistência dos albaneses de reivindicar a independência da província. Estes, por sua vez, insistiam na convocação de um referendo sobre a independência após três anos de autonomia.

Numa segunda rodada de negociações, em meados de março, em Paris, os albaneses assinaram o acordo de paz enquanto os sérvios o rejeitaram, por considerarem-no uma ameaça à soberania sérvia.

Em 20 de março, os membros da missão de verificação da OSCE retiraram-se de Kosovo ante as ações das forças sérvias que obstruíam o seu trabalho.

Com o impasse nas negociações e o prosseguimento da ação do Exército iugoslavo contra os guerrilheiros do ELK e a população da província, os dirigentes dos países da OTAN decidiram iniciar o bombardeio aéreo da Iugoslávia.

CARACTERIZAÇÃO DA ÁREA

A província sérvia de Kosovo e Metohija (nome oficial) tem uma área de, aproximadamente, 6.800 quilômetros quadrados, na qual vivem

em torno de 2,1 milhões de habitantes sendo 90% de albaneses. Faz fronteira a este e norte com a República Sérvia, a oeste com a República de Montenegro, a sudeste com a Macedônia e a sudoeste com a Albânia.

Seu solo é rico em minerais como carvão, zinco, níquel e chumbo. Grande parte do carvão exportado pela Iugoslávia é retirado da província. Só a mina de Becevac, próxima de Pristina, abastece o complexo termelétrico de Obilic, que é responsável por gerar eletricidade para Kosovo e parte da Sérvia.

A região da Metohija localiza-se na parte oeste da província. É formada por planícies bastante férteis, em meio a montanhas, propícias à agricultura e atividades pastoris.

O relevo varia de altitudes próximas ao nível do mar, na parte central até montanhas com mais de dois mil metros, localizadas junto à fronteira com Montenegro, ao norte (Montanhas Kopaonik) e na fronteira com a Macedônia (Montanhas Sar).

O clima é continental com verões quentes, primaveras chuvosas e invernos com fortes precipitações de neve. As temperaturas médi-

as são de 28° C, no verão, e 3° C, no inverno.

A vegetação apresenta campos de pastagens, que se estendem da faixa central para o norte, e de florestas, que circundam praticamente toda a faixa de fronteira da província.

A capital é Pristina, tanto para a administração sérvia como para a administração paralela instalada pelos albaneses a partir de 1992. Possui, aproximadamente, 200 mil habitantes. É onde funciona o pequeno parque industrial da província, com indústrias leves e de processamento de alimentos. A oeste, a mineração, principal atividade de Kosovo, é bastante desenvolvida.

As maiores cidades são Pec e Prizren. Pec é uma das cidades chave para os sérvios, por ser a residência do patriarca ortodoxo sérvio da província, além de importante nó rodoviário. A região de Prizren tinha uma população de aproximadamente 250 mil pessoas antes do conflito, a maioria albanesa, havendo também sérvios, turcos e *gorans* (muçulmanos de origem eslava).

A cidade de Decani, com uma população normal de 20 mil habitantes, foi o centro do conflito entre os

sérvios e os albaneses em 1998. Em junho daquele ano, relatos davam-na como completamente vazia. Ela é importante pelos vários mosteiros medievais que lá se encontram e por ser importante ligação rodoviária com o Norte e o Sul. Outra cidade de destaque é Mitrovica. Por sua proximidade com a Sérvia, tendo uma população mais balanceada de sérvios e albaneses, passou a ser o centro dos confrontos entre as duas etnias após a ocupação das tropas da OTAN.

Quanto à religião, estima-se que 81% dos habitantes sejam muçulmanos, 10% ortodoxos e 9% católicos. São dados estimados, porque os albaneses não participavam dos censos realizados.

A província tem um simbolismo religioso muito grande para os sérvios. A partir da Batalha de Kosovo, a saga contra o domínio otomano, cantada em prosa e verso pela literatura sérvia, deu à província a conotação de berço da nacionalidade sérvia. Existem, em Kosovo, mais de 1.200 igrejas sérvias e mosteiros. Os restos mortais do Príncipe Lazar, morto durante a batalha de 1389, depositados num mosteiro em Gracanica, são visitados por peregrinos.

Os ressentimentos sempre foram um marco na convivência entre sérvios e albaneses. Estes, por serem maioria na província, segregaram a etnia majoritária da Iugoslávia. Os sérvios eram impedidos de freqüentar determinadas escolas, hospitais e a própria Universidade de Pristina, onde o ensino era feito em albanês. Com o ressurgimento do nacionalismo sérvio, a segregação praticada pelos albaneses serviu de munição para Milosevic se firmar como o arquiteto da *Grande Sérvia*.

FORÇAS MILITARES EM PRESENÇA

As Forças Armadas da Iugoslávia, tinham um efetivo

em torno de 135 mil homens. A Força Terrestre, com 100 mil homens e Quartel-General (QG), em Belgrado, dividia-se em três exércitos: o 1º, responsável pela parte norte da Sérvia e a Vojvodina; o 2º, englobando a parte sudoeste da Sérvia e o território de Montenegro e o 3º, presente na parte sudeste da Sérvia e a província de Kosovo.

Aproximadamente 40 mil homens estiveram operando em Kosovo.

A Força Aérea, com efetivo em torno de 29 mil homens, desdobrava-se em Brigadas de Aviação localizadas nas bases de Baticanica, Kraljevo, Ponikve e Kovin, na Sérvia, Podgorica, em Montenegro e Pristina, em Kosovo.



Fig. 3 – Dispositivo das Forças Armadas

A Marinha, com efetivo em torno de seis mil homens, estava quase toda baseada na Baía de Kotor, em Montenegro.

Atuaram também em Kosovo os grupos paramilitares *Arkan's Tigers* (Tigres de Arkan) e *White Eagles* (Águias Brancas), conhecidos pela limpeza étnica que realizaram em regiões da Bósnia e da Croácia, durante a guerra de 1991-95.

A força da OTAN foi composta por mais de 270 aviões e helicópteros, 3 porta-aviões, 10 fragatas, 2 cruzadores, 9 destróieres e 3 submarinos, além de navios de apoio.

O efetivo de pessoal chegou a 50 mil homens baseados na Macedônia e Albânia, em condições de invadir a província. Só os EUA envolveram 31.600 homens, sendo 18.400 em terra e 13.200 no mar.

OS RESULTADOS DA INTERVENÇÃO

Durante a Operação Forças Aliadas, foram realizadas mais de 35 mil missões aéreas, sendo 11.300 de bombardeios e 7.400 para supressão da defesa aérea iugoslava.

Os bombardeios destruíram pontes ferroviárias e rodoviárias; refinarias, aeroportos; aviões; peças de artilharia, viaturas blindadas e veículos militares diversos; escolas, rodovias e emissoras de rádio e televisão.

O número de baixas, comparando dados da OTAN e do governo iugoslavo, foi em torno de: 10 mil soldados sérvios mortos ou feridos; 2 militares americanos mortos em acidente com helicóptero; 2 mil civis mortos; 5 mil civis feridos e 3 chineses mortos no ataque à embaixada chinesa em Belgrado.

O número de refugiados albaneses que deixou a província após o início dos bombardeios passou de 855 mil refugiados, segundo o ACNUR. O número de desalojados (DPS)⁵ foi estimado em mais de 120 mil em Montenegro e em Kosovo.

Durante a intervenção, travou-se também uma batalha paralela na mídia e na Internet, onde ambos os lados procuraram obter vantagens. A OTAN, mostrando o problema dos refugiados para justificar os bombardeios, e os iugoslavos, apresentando os erros dos

mesmos e seus efeitos na população civil para tentar mobilizar a opinião pública mundial.

A MISSÃO DE PAZ

Os acordos e resoluções

Em 9 de junho, generais iugoslavos e da OTAN assinaram o Acordo Técnico Militar, pelo qual o governo iugoslavo concordou com a presença militar da OTAN no território de Kosovo⁶ e o estabelecimento de zonas de segurança aérea de 25km, e terrestre de 5km, na faixa de fronteira entre a província e a República Sérvia. Foram definidos também o calendário e as condições da retirada das tropas sérvias, além dos direitos da força militar internacional.

Com base naquele acordo, a Resolução Nº 1.244, de 10 de junho de 1999, do Conselho de Segurança da ONU, autorizou o estabelecimento de uma administração civil internacional, com autoridade sobre o território e a população de Kosovo por um período inicial de 12 meses.

Determinou também que a força de segurança se-

⁵ A ONU difere *refugees* - refugiados (fugindo da guerra deixam a região que habitam e se estabelecem em outro país) e *displaced persons-DPs* - desalojados (saem da região que habitam mas permanecem no país).

⁶ A força internacional militar encabeçada pela OTAN recebeu o nome de Kosovo Forces - Forças de Kosovo (KFOR).

ria estabelecida com substancial presença da OTAN, que todas as forças sérvias, incluindo policiais e paramilitares, deveriam deixar a província, e que o ELK deveria ser desmilitarizado, tudo para permitir o retorno livre e seguro dos refugiados.

Um número predeterminado de sérvios poderia retornar para executar funções de ligação com a missão civil internacional e a força de segurança, marcação e limpeza de campos de minas e manter a presença em locais de patrimônio sérvio e nos postos de fronteira.

Em 21 de junho, o ELK assinou os termos de sua desmilitarização e transformação, do qual contavam o calendário e as condições para a entrega de armamentos e instalações para o controle da KFOR.

Cumprindo o acordo militar, em 20 de junho, todas as forças sérvias haviam se retirado de Kosovo.

Naquele mesmo dia, foi firmado um acordo para a presença russa na KFOR, estipulando um efetivo de mais de 3.600 homens, entre forças de combate, pessoal de apoio e oficiais de ligação, o que resolveu o impasse criado pela entra-

da em Kosovo de tropas daquele país antes das forças da OTAN.

A Operação de Paz

A operação de paz tem fases bem definidas. Primeiramente, estabeleceu-se a força de segurança, que possibilitou a instalação do componente civil, o qual passou a cuidar das fases seguintes: estabelecimento da estrutura administrativa, assistência emergencial aos refugiados, restauração dos serviços públicos e preparação do sistema judiciário; administração dos serviços públicos e sociais, consolidação das leis e início da preparação do pleito eleitoral; condução das eleições e, numa última etapa, o auxílio aos representantes eleitos no estabelecimento de instituições e transferência da autoridade da ONU para as instituições estabelecidas.

O Componente Militar

A KFOR é o componente responsável pela segurança da operação de paz. Possui efetivo de 50 mil homens de 36 países, 42.500 desdobrados em Kosovo e 7.500 em pessoal de apoio baseados na Macedônia, Albânia e Grécia.

Recebeu as missões de deter as hostilidades e forçar o cessar fogo; desmilitarizar o ELK e outros grupos armados albaneses; estabelecer um ambiente de segurança para o retorno seguro dos refugiados e para a ação dos órgãos civis internacionais e da administração transitória e assegurar a proteção e a liberdade de movimento de todas as organizações envolvidas.

Deveria também assegurar, temporariamente, a segurança e a ordem públicas e supervisionar os trabalhos de desminagens, até que o componente civil assumisse a responsabilidade por essas tarefas.

A KFOR foi organizada em um comando em Pristina, com militares de todos os países participantes e brigadas multinacionais distribuídas em cinco setores, cada uma com efetivo em torno de oito mil homens e constituída por Forças Tarefa (FT) valor batalhão, elementos de apoio ao combate e de apoio logístico.

O Setor Norte, com QG em Mitrovica, ficou sob responsabilidade da França, que possui o maior efetivo, além de tropas dos Emirados Árabes, Dinamarca, Bélgica, Rússia e Marrocos.

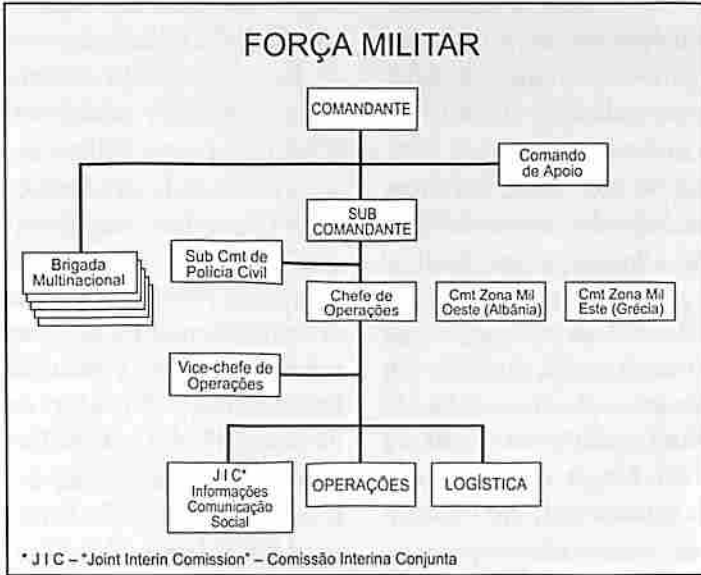


Fig. 4 – Estrutura da

O Setor Sul, com QG em Prizren, está sob o comando da Alemanha e possui forças da Alemanha, Holanda, Turquia, Rússia, Áustria, Suíça, Eslováquia, Geórgia e Azerbaijão

O Setor Oeste, com QG em Pec e sob comando da Itália, tem tropas da Itália, Espanha, Portugal e Argentina.

O Setor Este, com QG em Gnjilane, sob comando dos EUA, possui tropas dos EUA, Rússia, Polônia, Grécia, Ucrânia; Lituânia e Emirados Árabes.

O Setor Central, com QG em Pristina, sob comando da Inglaterra, é formado por tropas da Inglaterra, República Checa, Canadá, Noruega, Suécia e Finlândia.

Uma de suas principais preocupações tem sido o

desarmamento da população. Diariamente foram relatadas apreensões de armamento e munição e, até setembro de 1999, o ELK havia entregue 10 mil armas à KFOR.

O Componente Civil

A missão da ONU recebeu o nome de *United Nations Interim Administration Mission in Kosovo* - Missão de Administração Interina da ONU em Kosovo (UNMIK) - e tem um orçamento estimado para o ano 2000 de 299 milhões de dólares (sem incluir os investi-



Fig. 5 – Os setores da KFOR.

mentos necessários na região e a reconstrução).

É dirigida pelo Dr. Bernard Kouchner (fundador e presidente da ONG Médicos sem Fronteiras), designado Representante Especial do Secretário Geral da ONU (RESG).

É uma missão sem precedentes na história da ONU pois, pela primeira vez, apesar de exercer o mandato sobre determinada região, divide tarefas com outras organizações, no caso a União Européia (UE), a OSCE e a OTAN. Assim, o RESG é secundado no comando pelo Vice-Representante Principal e quatro Vice-Representantes, responsáveis por cada um dos setores envolvidos na missão: a administração civil (a cargo da ONU); a assistência humanitária (liderada pelo ACNUR); a democratização e construção institucional (liderada pela OSCE) e a reconstrução econômica (responsabilidade da UE).

O componente civil tem a missão estabelecida de: promover o estabelecimento de autonomia e governo próprio em Kosovo; executar funções administrativas civis básicas; organizar e dirigir o desenvolvimento de instituições provisórias enquanto prepara-se

um acordo político que leve a um governo próprio, democrático e autônomo, incluindo a realização de eleições; transferir, assim que as instituições provisórias estiverem estabelecidas, responsabilidades administrativas; facilitar o processo político destinado a determinar o "status" futuro de Kosovo, levando em consideração os acordos de Rambouillet; num estágio final, dirigir a transferência da autonomia, das instituições provisórias para as estabelecidas pela nova política; apoiar a reconstrução da infra-estrutura e da economia da província; apoiar, em coordenação com organizações humanitárias internacionais, a ajuda humanitária; manter a lei civil e a ordem, incluindo o desdobramento da polícia internacional em Kosovo e o futuro estabelecimento de forças policiais locais; proteger e promover os direitos humanos; e assegurar o retorno livre e seguro dos refugiados

Atividades da UNMIK

A Polícia Internacional da ONU, com efetivo de mais de três mil homens substituiu a polícia sérvia na província. Além das missões normais, deverá estruturar e

supervisionar o novo serviço policial de Kosovo.

Foi estabelecido o Conselho Transitório de Kosovo (CTK), corpo consultivo em mais alto nível, que funcionará como um miniparlamento até as eleições. É composto por 34 membros: nove representantes dos partidos políticos, o Partido Democrático Popular de Kosovo (PPDK), a Liga Democrática Unida (LDB) e a Liga Democrática de Kosovo (LDK); dois políticos independentes; três representantes das comunidades religiosas; nove representantes da comunidade civil; sete das comunidades nacionais, (bósnios, sérvios, turcos, etc.) e quatro membros do Conselho Administrativo Interino (CAI).

O CAI, composto por oito representantes albaneses, sérvios e da UNMIK, tem como principal missão a preparação da regulamentação político partidária e eleitoral, de modo a tornar possível a realização de eleições ainda em 2000.

Foi criada também a Estrutura Administrativa Interina Conjunta (EAIC). Possui 19 departamentos, nas mais diversas áreas: Correio e Telecomunicações; Seguridade Social e Saúde;

Educação e Ciência; Administração Local; Orçamento e Finanças; Assuntos de Não Residentes; Serviços Públicos Gerais; Segurança Civil e Preparação para Emergências (Defesa Civil); Utilidades Públicas; Democratização e Sociedade Civil; Cultura; Juventude e Esportes; Trabalho e Emprego; Transportes e Infra-estrutura; Agricultura; Reconstrução; Comércio e Indústria; Meio Ambiente e Justiça.

O CAI e a EIAC foram constituídos como forma de dividir a administração da ONU com os habitantes locais, primeiro passo na preparação das instituições e administração civis próprias de Kosovo.

Como parte da transformação do ELK, foi criado o Corpo de Proteção de Kosovo (CPK). Com efetivo regular de três mil homens, tem um custo previsto de 18 milhões para o ano 2000 e é de grande importância para a estabilidade na região, uma vez que emprega boa parte de antigos guerrilheiros.

O CPK atua sob direção do Representante Especial do Secretário Geral da ONU, que é também o responsável pelos recursos financeiros e é supervisionado pelo comandante da KFOR.

Suas missões são: pronta resposta a desastres, incêndios e acidentes industriais; condução de buscas e resgates; atuar na assistência humanitária em áreas isoladas; trabalhar em desminagens e na reconstrução da infra-estrutura danificada ou destruída. Tem cunho civil e não participará da defesa, segurança interna ou qualquer tarefa que envolva a manutenção da lei e da ordem.

Tem QG em Pristina e seis grupos de trabalho. Embora absorva boa parte

lho de 1999, foram designados os primeiros juizes e promotores do novo sistema judiciário de Kosovo. Uma corte de direitos humanos começou a funcionar e especialistas locais iniciaram a preparação de um novo código penal, com auxílio do Conselho Europeu.

Como havia cerca de cinco mil pessoas desaparecidas em Kosovo, parte das quais acreditava-se estarem presas na Sérvia, foi estabelecida uma comissão conjunta para tratar de assuntos refe-

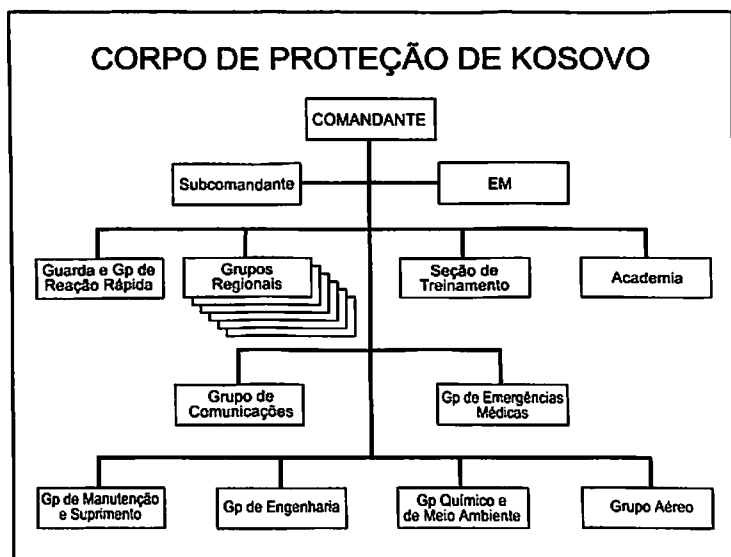


Fig. 6 – Estrutura do Corpo de Proteção de

do ELK, tem caráter multi-étnico, o que também é fundamental para a estabilidade da região.

Com relação aos assuntos judiciais, em 30 de ju-

rentes a prisioneiros comuns, de guerra e políticos.

O Tribunal Criminal Internacional para a antiga Iugoslávia passou a investigar os supostos crimes con-

tra a humanidade que teriam acontecido. Em seis meses de trabalho, haviam sido encontrados 2.100 corpos, enterrados em 195 diferentes locais

Foram estabelecidas, pela UNMIK, regulações relativas a: moeda; justiça; importação, transporte e distribuição de petróleo e derivados; propriedades; serviço postal e telecomunicações; nomeação de administradores para regiões e municípios; estabelecimento de autoridade fiscal e bancária; registro e cooperação das ONGS; taxas e direitos humanos.

Como parte de atividades de Comunicação Social, foi colocada no ar a rádio *Blue Sky* que transmite programação variada e serve de meio para que a administração da ONU divulgue seu trabalho, seus projetos e os resultados obtidos, de modo a manter a confiança da população no sucesso da Missão.

Foi estabelecida também uma mídia independente na província, em substituição à mídia estatal iugoslava.

O ACNUR contabilizou em torno de 64% de casas e prédios destruídos ou gravemente danificados, em 141 cidades e vilas pesquisadas, além de 40% das fontes de

água estarem contaminadas. Quanto aos refugiados, 810 mil haviam retornado à Kosovo, nos primeiros sete meses da Missão.

O UNICEF conseguiu recuperar grande parte das escolas danificadas e, em outubro de 1999, iniciou o ano escolar, quando 300 mil crianças retornaram às aulas.

O *World Food Programme* (WFP) passou a alimentar 900 mil pessoas, por um prazo inicial de seis meses.

A Organização Mundial de Saúde (OMS) iniciou o desenvolvimento de vários programas, como o estabelecimento de um novo sistema de saúde, sendo o principal deles relativo às minas, uma vez que, apenas no primeiro mês de funcionamento da UNMIK, foram contabilizados mais de 130 acidentes.

A *Food and Agriculture Organization* (FAO) passou a desenvolver atividades, orçadas em 6,7 milhões de dólares, para recuperar a produção agrícola da região.

As atividades de reconstrução da província, ainda em andamento, atingem principalmente as áreas da indústria; do sistema de telecomunicações; estradas de ferro, estradas e pontes; sistemas de abastecimento de água e de energia elétrica e

aeródromos. Outra atividade importante é a limpeza ambiental dos danos causados pelos bombardeios. O custo para a reconstrução está estimado em torno de 740 milhões de dólares ao ano, por um prazo de 3 anos

Verifica-se, portanto, que será um longo caminho a percorrer e provavelmente, a exemplo de outras várias missões, o mandato da ONU na região deverá ser renovado algumas vezes até que a província retorne ao controle do governo iugoslavo.

REFLEXÕES SOBRE A INTERVENÇÃO

A ação armada da OTAN e os acontecimentos que a sucederam, provocaram reflexões sobre diversos aspectos, alguns dos quais passaremos a apresentar.

A legalidade do ataque

O ataque foi dirigido contra um país soberano que resolvia um problema interno como fazem, por exemplo, os turcos em relação aos curdos ou os espanhóis em relação à guerrilha separatista basca. A decisão unilateral dos EUA e seus aliados europeus não levou em consideração a es-

trutura do direito internacional ao não consultar a ONU, através de seu Conselho de Segurança, que deveria dar o respaldo jurídico, a exemplo do Iraque, em 1991. Logicamente, a consulta não foi feita porque, dentre outras razões, eram previstos os vetos da Rússia e da China.

A Carta da ONU e subsequentes resoluções e decisões do Tribunal Internacional proíbe a ameaça ou uso da força, a não ser que o Conselho de Segurança autorize expressamente, depois de concluir que os meios pacíficos fracassaram, ou em defesa própria contra agressão armada, até que o Conselho de Segurança atue. A OTAN baseou-se na Declaração Universal dos Direitos Humanos, que ao garantir os direitos dos indivíduos contra Estados opressores, deu origem à questão da *intervenção humanitária*, utilizada para justificar a ação armada. Caracterizou-se o uso daquele direito para impor a política da força.

As posições da Rússia e da China

A Rússia condenou os ataques e pediu a intervenção do Conselho de Segu-

rança da ONU. Em 26 de março, o projeto russo que exigia o fim imediato dos ataques da OTAN e a retomada urgente das negociações de paz para Kosovo foi rejeitado por doze votos a três. Os únicos países que votaram a favor do projeto foram a própria Rússia, a China e a Namíbia, tendo o Brasil e a Argentina votado contra.

A China, como era esperado, seguiu sua política contrária à intervenção nos assuntos internos dos Estados. Suas relações com os países da Aliança ficaram mais difíceis após o bombardeio da embaixada chinesa em Belgrado, *um engano* segundo a OTAN. Quando o acordo de paz foi posto em votação no Conselho de Segurança, a China acabou não obstruindo as negociações, o que facilitou o consenso e o fim dos bombardeios.

A ajuda humanitária seletiva

A intervenção suscitou também a polêmica quanto à seletividade da ajuda humanitária. A Aliança bombardeou a Iugoslávia para proteger os albaneses de Kosovo, mas a mesma proteção não foi dada aos Curdos, ou aos

habitantes do Sri Lanka, do Afeganistão, ou de vários pontos da África, onde os conflitos étnicos já causaram muito mais vítimas.

O fato é que Kosovo está localizado na Europa, e as potências européias necessitam de um continente estável que permita o fortalecimento da UE, principalmente no momento em que se inicia a união monetária. Assim, não há lugar para Estado com regime totalitário, nem para nacionalismo exacerbado, mas sim, Estado com fortes instituições democráticas.

Com o agravamento do conflito, o deslocamento de grande número de refugiados para os países mais ricos da Europa, agravaria o problema dos altos índices de desemprego que enfrentam, gerando mais problemas sociais e perturbações da ordem interna e prejudicando o crescimento, com reflexos para a própria UE.

A ação contra a Iugoslávia teria sido a imposição da ordem européia, contra o nacionalismo sérvio e o governo de Milosevic, usando como ferramenta a OTAN. Foi também, uma tentativa de reconquistar sua posição de importância no cenário internacional e de não co-

meter as mesmas falhas do conflito iugoslavo anterior.

A abertura de um precedente

A intervenção, apoiada por grande parte da comunidade internacional, abre um precedente perigoso, pois concede direito à OTAN de intervir pela força das armas onde achar que deve, seja na Europa, seja em qualquer outra região que considere sua área de interesse. Caso Kosovo consiga sua independência, apesar da resolução da ONU garantir a soberania iugoslava sobre a província, a OTAN terá dado também argumentos para que outras etnias minoritárias, que vivem no interior de nações soberanas, lutem pela autodeterminação.

Não há dúvidas que, além de outros fatores, como a crise econômica na Ásia e os problemas políticos na Indonésia, a intervenção em Kosovo ajudou o Timor Leste a obter sua independência.

A política de ingerência

Enquanto a Iugoslávia era bombardeada, a OTAN comemorou seus 50 anos e foi discutido o novo perfil que deveria ser tomado pela

Organização. O Primeiro-Ministro britânico Tony Blair, pregou o direito de intervenção como forma de evitar tragédias humanas e os EUA propuseram que o novo conceito estratégico da Organização deveria autorizar as intervenções aliadas, onde e quando fossem necessárias, de modo a defender os interesses comuns.

Além do direito de defender-se de um ataque contra os territórios dos aliados, a OTAN poderá se voltar para problemas bem mais amplos de segurança, como terrorismo, tráfico de drogas, sabotagem e crime organizado. Os membros da Organização pretendem criar condições para que se modifique a Carta da ONU, autorizando operações militares num país sem que seja necessário seu consentimento.

O simbolismo de Kosovo

Os americanos e a OTAN, talvez não tenham dado o valor que o simbolismo de Kosovo tem para os sérvios e calcularam mal a capacidade de resistência iugoslava. A estimativa de que Milosevic cederia com o início dos ataques, como havia acontecido em 1995 na Bósnia Herzegovina, foi outro erro. Aque-

le país esteve ligado ao reino sérvio por curtos espaços de tempo durante sua história e a ação iugoslava foi realizada para garantir os territórios de maioria sérvia. O caso de Kosovo é diferente. A província representa o berço da nação e sua perda significaria a perda da própria identidade sérvia. Era de se prever que a reação não fosse a mesma.

A resistência iugoslava

A resistência iugoslava provocou um impasse. A OTAN, após iniciar os bombardeios não podia retroceder. A opção da invasão terrestre era duramente rejeitada pelos americanos que pretendiam um número zero de mortos. Uma reavaliação foi feita e os objetivos da guerra foram alterados. Passou-se a atingir a estrutura do poder, como a sede do partido e a residência de Milosevic e os estúdios das rádios e TVs estatais. Foram reforçadas as sanções comerciais com a proibição de exportações e importações, o congelamento dos bens do Estado no exterior e o embargo de combustíveis.

Do outro lado, para Milosevic, que alcançou o poder aproveitando-se da questão da minoria sérvia de

Kosovo, ceder diplomaticamente ao exterior significaria a derrota política no seu país. Tentou, então, fazer com que as cenas dos refugiados, os erros dos bombardeios e o custo de uma guerra prolongada, agissem na opinião pública internacional de modo a pressionar os governos para o fim dos bombardeios.

A opinião pública, principalmente a americana, ficou mais sensível aos ataques quando os erros nos bombardeios se tornaram mais freqüentes e cenas de civis mortos foram divulgadas com mais intensidade pela TV sérvia. Ao final de dois meses, menos da metade dos americanos eram favoráveis aos mesmos. A guerra também começou a pesar sobre o euro, desestabilizando a moeda europeia, que começou a perder valor em relação ao dólar. Mas esses fatos não exerceram pressão suficiente sobre os governantes e a vitória da Aliança tornou-se uma necessidade moral.

Talvez Milosevic esperasse também uma maior ajuda da Rússia, o que acabou não acontecendo, em virtu-

de da situação econômica e da desorganização política e militar de seu maior aliado.

Outras razões da intervenção

Além das causas humanitárias e da necessidade européia de impor a sua ordem, pode-se discutir sobre várias outras razões que levaram as potências a uma ação armada contra um país pobre, que não se apresentava como inimigo de nenhuma delas e sem os atrativos econômicos que tinha o Iraque, em 1991.

Os EUA necessitam se impor militarmente. Como destacou Valérie Mello, se há ameaça da segurança ou possibilidade de conflito, *o ator que oferece segurança ganha poder em outros campos também.*⁷ Com o fim da Guerra Fria, os EUA precisam de regimes totalitários ou ilegítimos que justifiquem sua intervenção. Desta vez, o Governo iugoslavo é que foi útil à projeção do poder americano.

Além disso há o interesse do complexo militar. Ao despejar suas bombas em algum lugar do mundo os americanos reaquecem sua

indústria militar, mantêm empregos no setor, testam novos armamentos e equipamentos além de estimular as pesquisas e o desenvolvimento de novas tecnologias.

Com o fim da Guerra Fria que acabou com a ameaça soviética e a neutralização, no campo econômico, de outra potência que oferecia ameaça, o Japão, a UE apresenta-se como um bloco que, no futuro, pode fazer face à hegemonia americana. Ao colocar a maioria de seus membros em uma ação armada, os EUA estariam minando a coesão, além de fazer com que recursos aplicáveis em outras áreas fossem destinados ao setor militar.

Outra questão é que a intervenção teria servido para desviar a atenção do público americano e internacional, do processo de *impeachment* do presidente Clinton, que estava em andamento no Congresso americano. Aliás, a manipulação da opinião pública, para desviar sua atenção de determinados assuntos ou para se atingir determinados fins, nem sempre claros, tem sido

⁷ MELLO, Valérie de Campos. *Globalização Regionalismo e Ordem Internacional*. Revista Brasileira de Política Internacional, a. 42, n. 1, p. 157 - 181. Brasília, 1999, p. 163.

praticada com sucesso por vários governos americanos. O Iraque e a Somália foram usados anteriormente por Clinton, assim como, Reagan usou a América Central, a Líbia e o Oriente Médio, nos anos 80.

A falácia do bombardeio humanitário

Com o Governo iugoslavo não dando sinais de rendição, o número de refugiados aumentando dia a dia e a relutância de alguns países encabeçados pelos EUA em desenvolver operações terrestres, caracterizou-se uma certa hipocrisia na suposta intervenção humanitária. Bombas foram usadas para proteger os albaneses, os quais ficaram ainda mais desprotegidos, fugindo dos sérvios e dos aviões da OTAN.

As mortes de civis sérvios e albaneses eram encarradas como contingências da guerra e apresentadas como necessárias para consecução dos objetivos, mas não se admitia a morte de militares da Organização. Logo, a vida de uns poucos soldados valia mais que a vida dos milhares de albaneses que estavam sendo *protegidos*.

As eternas interferências nos problemas dos Balcãs

A independência da Grécia, na década de 1830, o Congresso de Berlim, a independência da Albânia em 1912, são alguns exemplos da constante interferência das grandes potências nos problemas balcânicos. A própria Primeira Guerra Mundial teve como uma das principais causas a anexação da Bósnia Herzegovina por uma grande potência - a Áustria-Hungria.

Em 1991, a União Europeia condicionou o reconhecimento prematuro da Eslovênia e da Croácia a amplas proteções e garantias para as minorias, inclusive a aceitação de várias convenções internacionais sobre direitos humanos. O acordo de Dayton, que encerrou a guerra na ex-Iugoslávia, em 1995, também incluiu termos referentes às minorias.

Mas as interferências não resolveram o problema. Após o acordo de paz de 1995, 60 mil homens da OTAN foram instalados na Bósnia Herzegovina para uma missão de um ano, mas o país ainda apresenta uma situação política extremamente frágil, os antagonismos não cessaram, grande

parte dos refugiados ainda não retornou, a reconstrução do país continua lenta e as forças da OTAN permanecem na região.

A missão da ONU na Macedônia, criada em 1992 com o nome de UNPREDEP e a missão de monitoramento da Península de Prevlaka (UNMOP), na fronteira entre a Croácia e Montenegro, criada pelo Acordo de Dayton, continuam em andamento.

A ação do Tribunal Internacional Penal

No final de maio, o Tribunal Internacional Penal para crimes na ex-Iugoslávia, indiciou a cúpula da Iugoslávia por crimes contra a humanidade. Além do Presidente, o Ministro do Interior sérvio, o Chefe das Forças Armadas iugoslavas, o Vice-Primeiro Ministro sérvio e o Presidente da República Sérvia foram acusados de serem os responsáveis pela campanha de limpeza étnica em Kosovo. Milosevic tornou-se o primeiro chefe de Estado em pleno exercício do poder a sofrer uma ação penal internacional. Ficou evidente que o indiciamento teve a clara intenção de pressionar o seu governo.

A mídia e a limpeza étnica

Se por um lado, a imprensa internacional usou os refugiados albaneses como foco das notícias, muito pouco mostrou sobre os refugiados sérvios. Quando os guerrilheiros do ELK tomaram o controle de parte da província, provocaram a primeira onda de refugiados sérvios. A segunda veio com os bombardeios e, a terceira, após o acordo de paz por medo de possíveis retaliações por parte dos albaneses. Durante a guerra de 1991-95, muito pouco se noticiou sobre os refugiados vindos da Bósnia, da Krajina e das Eslavônias, os quais somaram aproximadamente 800 mil. Grande parte deles ainda encontra-se na Iugoslávia, em residências privadas ou em centros de refugiados estabelecidos pelo governo.

Não se pode deixar de mencionar também, que a limpeza étnica executada em Kosovo não se restringiu apenas aos sérvios. A guerrilha albanesa, durante suas ações em 1998, procedeu da mesma forma, expulsando e matando a etnia rival das regiões conquistadas, o que não foi veiculado pela imprensa internacional.

Ao ser assinado o acordo de paz, os meios de comunicação estatais iugoslavos apresentaram a resistência aos bombardeios e o acordo assinado como uma vitória do governo. Realmente a resistência surpreendeu a comunidade internacional e Milosevic conseguiu, em teoria, manter a integridade do território iugoslavo e tirou a questão da OTAN, levando-a para o âmbito da ONU.

O custo da intervenção

Os ataques custaram mais de 40 milhões de dólares por dia aos países da Aliança, sem computar os gastos com a ajuda humanitária. O custo total da campanha aérea foi estimado em 4 bilhões de dólares.

Os gastos com a reconstrução da Iugoslávia, a manutenção das forças de paz e da administração interina da ONU chegarão a vários bilhões. Estudos realizados apontaram que serão necessários pelo menos três anos para reconstruir a estrutura básica de Kosovo e 45 anos para que a Iugoslávia retorne aos níveis econômicos de 1989.

Se a mesma quantia gasta com a intervenção tivesse

sido aplicada em forma de investimentos na região, ajudando no desenvolvimento e, diminuindo os problemas sociais na região, talvez a questão étnica e religiosa tivesse sido amenizada, facilitando a convivência pacífica, sem que fosse necessária uma ação armada.

A dificuldade para estabelecer a paz

Os líderes da OTAN proclamaram que os bombardeios atingiram seus objetivos, que a força que ocupou a província garantirá a paz e que, após um breve período, os grupos étnicos irão se reconciliar. Uma afirmação um tanto prematura.

A OTAN já teve mais de 20 militares mortos e vários feridos nos oito meses de ocupação de Kosovo. O Ministério das Relações Exteriores da Iugoslávia apresentou, em janeiro de 2000, dentre outros dados que, em torno de 150 mil sérvios haviam deixado a província após a intervenção da OTAN e que, após o estabelecimento da força de paz, foram cometidos 8.500 atos contra sérvios e montenegrinos de Kosovo, que resultaram em 705 mortos, além de inúmeras igrejas e mosteiros dani-

ficados no mesmo período. Em fevereiro, ocorreram graves enfrentamentos entre albaneses e sérvios na região de Mitrovica.

O estabelecimento da paz na província será tarefa das mais difíceis, principalmente após os efeitos provocados pela ação das forças sérvias e os bombardeios.

Os vencedores e os perdedores

O acordo de paz foi negociado, principalmente, pela Rússia, que desde o início dos bombardeios tentou uma solução diplomática para a crise. A atuação do governo de Yeltsin serviu para recuperar o prestígio de seu país no cenário diplomático internacional, demonstrando ser ainda importante na diplomacia mundial, principalmente quando se trata dos Balcãs.

Outro ator que aumentou seu prestígio foi o Primeiro-Ministro britânico, Tony Blair que, com o discurso mais duro de todos os líderes da Aliança, não só procurou manter o ímpeto dos ataques, como declarava sua total aprovação pelas operações terrestres, em que pesasse a possibilidade de inúmeras baixas em suas tro-

pas. Logicamente, a sua posição era fruto da liberdade de ação que gozava junto à opinião pública e o Parlamento britânico, o que não acontecia com seus colegas alemães, franceses e até mesmo americanos.

Os EUA mostraram novamente a sua condição de potência hegemônica. Ficou patente também que, se por um lado a União Européia causa incômodo à política externa americana, a sua inferioridade militar é latente. A maior parte dos equipamentos militares usados nos bombardeios, assim como 70% das informações sobre os alvos foram fornecidos pelos americanos. Essa inferioridade aqueceu as discussões pela instalação de um sistema de defesa exclusivamente europeu e sobre investimentos de modo a reduzir a dependência militar.

Os grandes perdedores deste conflito foram os iugoslavos que tiveram seu país destruído. Apesar da propaganda positiva do governo, será difícil para o povo entender que após a resistência, a morte de milhares de sérvios e a destruição de grande parte do país, aceitou-se todos os pontos propostos meses antes em

Rambouillet. Apesar da incipiente oposição interna à Milosevic, incidentes como os assassinatos de Zeljko Raznatovic, líder do grupo paramilitar “Arkan’s Tigers” e do Ministro da Defesa Pavle Bulatovic, no início de 2000, ambos fiéis aliados do presidente iugoslavo, podem estar sinalizando para ações mais duras por parte opositores radicais na busca de mudanças políticas no país.

Os albaneses pagaram por sua intransigência em não aceitar o convívio pacífico com os sérvios. Tiveram seu território destruído, milhares de mortos, terão que trabalhar na reconstrução de sua terra e provavelmente não conseguirão sua independência.

Outra grande perdedora foi a ONU. A atuação durante a crise mostrou o quanto a Organização é frágil quando os interesses das grandes potências estão em jogo. Ficou mais uma vez patente as dificuldades que tem para resolver conflitos e sua dependência dos americanos. Finalmente, forneceu mais argumentos aos que pregam a sua renovação, principalmente nos mecanismos de seu Conselho de Segurança.

CONCLUSÃO

O futuro de Kosovo terá um longo caminho a percorrer. Passará pela ajuda financeira internacional para a construção e o desenvolvimento da região, pelo estabelecimento de um governo democrático na Iugoslávia, pelo respeito aos direitos humanos e, principalmente, pela educação da consciência de albaneses, sérvios e demais minorias, de modo que se dissipem as ilusões plantadas durante décadas, pelos nacionalismos.

Quanto à intervenção da OTAN, colocando em prática o *direito de ingerência*, suscita algumas preocupações quanto à tendências futuras.

O atual processo de globalização apresenta algumas características como a diminuição do poder do Estado Nacional e o surgimento de focos nacionalistas, de idéias força, baseadas em interesses étnicos, culturais, econômicos, etc., de grupos populacionais segmentados. Neste mesmo processo as grandes potências têm aumentado seu poder econômico, político e militar, e são capacitadas a intervir em qualquer lugar do planeta, se assim o desejarem.

Essas potências detêm também a soberania da informação, o que lhes dá um incrível poder de influir na opinião pública mundial. Dessa forma, podem mani-

pular problemas domésticos (ambientais, humanitários, econômicos, culturais, políticos, etc.), fazendo-os parecer maiores do que realmente são e, a partir daí, utilizarem-se do *direito de ingerência* para justificar uma intervenção, encobrindo suas verdadeiras razões ou interesses.

Nesse quadro, dificilmente teremos uma sociedade como a defendida por Hugo Grotius, pois as potências fazem prevalecer regras que lhes atendem, ou ignoram regras vigentes, quando não são de seus interesses. Muito menos a paz perpétua de Kant, enquanto os que detêm o poder tratarem problemas locais como se universais fossem e tentarem solucioná-los com guerras. ●

FONTES CONSULTADAS

- Basic Facts About the United Nations*. UN Department of Public Information New York USA, 1995
- JOVANOVIĆ, Aleksandar. *À Sombra do Quarto Crescente*. Editora Hucitec. São Paulo, 1995.
- MALCOLM, Noel. *Bosnia A Short History*. Papermac Editora. Inglaterra 1994.
- SILBER, Laura e LITTLE, Allan. *The Death of Yugoslavia*. BBC Books. Inglaterra. 1996
- The Blues Helmets - *A review of UN Peace-keeping*. UN Department of Public Information New York USA, 1996
- VICKERS, Miranda. *Between Serb and Albanian: A History of Kosovo*. Columbia University Press. EUA, 1998.
- www.egroups.com/group/decani/24318.html
- www.kforonline.com/resouces/intro.htm
- www.kosova.com/expuls/contents.htm
- www.mfa.gov.yu
- www.nato.int/kosovo/all frce.htm
- www.un.org/peace/kosovo/news